



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO N.º 147, DE 2008

(Do Sr. Anselmo de Jesus)

Recorre, na forma do Art. 164, §2º do Regimento Interno, contra ato da presidência da Comissão de Viação e Transportes, que declarou a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.901 de 2004 e seus apensos.

DESPACHO:

SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, APÓS TER SIDO OUVIDA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, NOS TERMOS DO ART. 164, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO. PUBLIQUE-SE.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Venho, pelo presente, com base no Artigo 164, §2º, do Regimento Interno desta Casa, recorrer ao Plenário contra ato emanado pela presidência da Comissão de Viação e Transportes, através do OF 001/08, que declarou a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.901 de 2004 e seus apensos, em face da aprovação, naquela comissão, do PL 6302 de 2002, pelas seguintes razões:

1. O Projeto de Lei 2901 de 2004, que altera a Lei nº 9.503, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, no tocante ao serviço de mototáxi, de autoria deste parlamentar, apesar de apresentar semelhança quanto à matéria constante no PL 6302 de 2002, se distingue, no mérito, de sua essência fática.
2. Embora o PL 6302 de 2002 e seus apensados disponham sobre alterações mínimas necessárias para o transporte individual de passageiro por meio de motocicletas (mototáxi), apesar de a proposição de autoria do Senado Federal ter recebido um escopo mais amplo, há diversos dispositivos não coincidentes no bloco da minha proposição, que merecem a apreciação, tanto da Comissão de Viação e Transportes, quanto das demais comissões competentes para sua deliberação.
3. Além disso, se tão idênticas fossem ambas as matérias, não acredito que, por equívoco, passariam despercebidas a criteriosa análise da Secretaria Geral da Mesa desta Casa que, imediatamente, despacharia pelo seu apensamento.
4. Ademais, não se vislumbra na rotina de apreciação das Comissões Temáticas vedação a apreciação de proposições com o mesmo mérito presente em mais de uma delas.

Por todo o exposto, nítido está que prejudicialidade alegada mostra-se por completo equivocada, uma vez que o tema que não foi devidamente deliberado por esta Casa, razão pela qual solicito o deferimento do presente Recurso, para que o Projeto de Lei em tela retome seu curso normal de tramitação junto à Comissão de Viação de Transporte.

Salas das Sessões, em 13 de Fevereiro de 2008.

Deputado ANSELMO DE JESUS

FIM DO DOCUMENTO
